



FACULDADE EDUCACIONAL
DE COLOMBO

PROJETO DE AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
DA
FACULDADE EDUCACIONAL DE COLOMBO

2008

CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO

(Portaria/DA nº 01/08 – 11/02/2008)

- **Coordenador da CPA**
 - Rúbia Cristina dos Santos Ferreira
- **Membros do Corpo Docente**
 - Diana do Rocio Biz Paim
 - Maria Cristina Vidolin
- **Membros do Corpo Discente**
 - Antônio Anselmo do Nascimento
 - Ruthe Antiquera
- **Membros do Corpo Técnico Administrativo**
 - Eliara Barbosa
 - Sueli Batista dos Santos
- **Membros da Sociedade Civil**
 - Altair Silva Leme
 - Israel Sebastião da Silva

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
1. INTRODUÇÃO.....	6
2. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	7
3. OBJETIVOS	8
4. PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	9
5. CARACTERÍSTICAS DESEJÁVEIS À AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	11
6. METAS.....	13
7. METODOLOGIA.....	14
8. ESTRATÉGIAS.....	14
9. ETAPAS	15
10. CRONOGRAMA DE TRABALHO.....	16
11. FONTES E INSTRUMENTAIS PARA A COLETA DAS INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS.....	17
12. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS.....	17
13. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
14. BIBLIOGRAFIA	18

“A capacidade definitiva de um homem não está nos momentos de conforto e conveniência, mas nos períodos de desafios e controvérsias.”

(Martin Luther King)

APRESENTAÇÃO

Historicamente a avaliação institucional tem sido objeto de discussão na Agenda de Discussões do Ensino Superior Brasileiro a partir dos anos 1980.

A avaliação institucional reveste-se do sentido de auto-conhecimento, e visa o aumento do engajamento profissional para fundamentar emissões de juízos de valores e articulação de ações de melhoramento do pessoal envolvido e da instituição. Tem, também, importantes funções de auto-regulação, pois, ao conhecer melhor a própria realidade permite às instituições orientarem, de forma mais embasada, seus atos regulatórios internos, que são necessários ao cumprimento de seus objetivos e missões.

Portanto o desafio maior é tornar a avaliação institucional um processo estável, regular e permanente de autoconsciência na FAEC. Um verdadeiro instrumento para o planejamento da melhoria institucional.

O presente projeto busca a combinação de procedimentos quantitativos e qualitativos de avaliação, o diálogo entre as ações internas e externas de análise e a ponderação democrática e coletiva de processos e produtos institucionais, sempre em função dos objetivos projetados pela FAEC. Não existem receitas prontas e nem instrumentos perfeitos de avaliação institucional. É pelo exercício dialético entre a avaliação e o planejamento institucionais que as suas concepções e os instrumentos podem ser gradativamente qualificados e legitimados para os desafios da Instituição a luz de sua missão.

Colombo, 08 de agosto de 2008.

Vergínia Aparecida Mariani
Diretora Geral

1. INTRODUÇÃO

A Faculdade Educacional de Colombo apresenta para o CONAES e INEP, neste documento, o plano de ação para a consolidação de uma cultura avaliativa envolvendo representantes das diferentes dimensões que compõem a comunidade acadêmica da IES (FAEC).

Como resultado de estudos e discussões realizados nas reuniões da CPA, a execução do projeto objetivará não apenas cumprir o prazo e as determinações do MEC. Acima de tudo, será pautada pelo compromisso social institucional assumido em sua missão:

Formar agentes de transformação que se coloquem à disposição da comunidade, interagindo, trabalhando, mostrando-lhes dados e caminhos já tateados pelo conhecimento acadêmico, superando experiências acumuladas, assumindo, desta forma, a parcela de responsabilidade que lhes cabe, partindo para uma atuação transformadora e criadora, buscando uma sociedade verdadeiramente aberta e mais justa em termos sócio-políticos.

A partir dessa missão, a IES (FAEC) tem como finalidade precípua criar condições, na forma de Cursos de Graduação, Pós-graduação, Eventos de Pesquisa e Extensão e de outras atividades correlatas, para formar cidadãos completos, que possam desempenhar com competência o que lhes for exigido em sua vida profissional e social.

Para isso, é preciso que o conceito de avaliação a permear todo o trabalho seja o de compreender em conjunto, estabelecendo significações e direções; não de segmentos ou de partes isoladas, mas de totalidades concretas que constituem a instituição como um todo; em que avaliar se instaure como um instrumento de construção dessa integração.

Portanto a avaliação institucional, que aqui se pretende, refere-se à qualidade. Não a qualidade presente nos fragmentos, na separação, mas aquela presente nas relações de conjunto, algo que deve ser julgado valorativamente em momentos determinados em conjunto com o processo de melhoria das diferentes

dimensões. Ou seja, a avaliação justifica-se enquanto processo orientado para a melhoria da qualidade.

Com essa perspectiva, a CPA se propõe a acompanhar todos os processos avaliativos, conhecer seus desenvolvimentos e ajudar a realçar os ajustes necessários para a promoção da qualidade. A avaliação terá, portanto, um valor positivo e formativo como instrumento para a melhoria da qualidade dos processos acadêmicos de toda ordem: administrativos, comunicativos, científicos, pedagógicos etc. Será orientada para o permanente aperfeiçoamento e superação constante dos padrões de qualidade, e considerada instrumento de mudança, de forma construtiva e não punitiva.

2. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Creio ser positivo o fato de que, através da avaliação institucional, possa romper-se com a exclusividade de o aluno como seu único objeto. Sabemos que o produto educativo – a aprendizagem discente – é o último degrau na hierarquia educacional sendo, por isso mesmo, o mais importante (ANDRIOLA, 2003 ab). Não obstante, há diversos fatores que influenciam-no e que dependem da instituição, dos docentes, dos gestores, dos recursos, das estruturas organizacionais, das estruturas físicas e políticas, etc. Quero, com isso, tentar demonstrar que quando se avalia exclusivamente a aprendizagem do aluno pede-se unicamente a ele, discente, que aprimore ou melhore aquele aspecto deficitário para que, assim, possa ter melhor rendimento em futuras avaliações.

A avaliação é institucional porque abrangerá o conjunto da IES (FAEC). Trata-se de processo amplo e globalizante, envolvendo de forma integrada e coerente os distintos níveis de ensino, pesquisa e extensão, as diversas áreas de conhecimento e as relações interdisciplinares. O processo também envolverá amplamente os membros da comunidade, especialmente os quadros de representações.

Nesse sentido, percorrerá os canais institucionais, recobrando os diversos campos da comunidade com estudos, reflexões, discussões e julgamentos coletivos; voltando novamente aos órgãos e estruturas formais da IES (FAEC), para efeito de síntese, consolidação dos produtos avaliativos e implementação das ações propostas.

O processo terá início no interior das unidades, numa dinâmica de diagnose, estudos, reflexões, discussões, elaboração coletiva de análises, julgamentos de valores e sistematização, conduzindo dos departamentos às congregações e destas aos órgãos centrais, seguindo os fluxos já consolidados. Assim, asseguram-se a participação ampla e democrática, a seriedade e o apoio institucional e se preservam os direitos individuais.

A avaliação pode ser vista como processo e experiência social. Como processo é uma prática fortemente carregada de sentido formativo que dinamiza e redesenha as redes de comunicação na tarefa comum de pensar o universo da instituição. Como experiência, é pedagógica porque intervém valorativamente sobre as relações da vida acadêmica. Além disso, pode ser um mecanismo de produção de conhecimento e de elaboração crítica pelos seus próprios agentes.

No decorrer do processo avaliativo, os diagnósticos, os bancos de dados, os levantamentos quantitativos, os estudos descritivos construirão o primeiro patamar básico, prolongado por uma reflexão de natureza qualitativa. Os agentes, por sua vez, serão implicados em todos os momentos da ação, desde a construção do projeto, passando pelo seu desenvolvimento, até a conclusão visando instituir uma cultura de avaliação na FAEC, definida por Ristoff (1999, p. 60) como:

...um conjunto de valores acadêmicos, atitudes e formas coletivas de conduta que tornem o ato avaliativo parte integrante do exercício diuturno de nossas funções. E este processo só logrará êxito se for coletivamente construído e se puder contar com intensa participação de seus membros, tanto nos procedimentos e implantação, como na utilização dos resultados.

Será uma prática que permitirá a intervenção na realidade avaliada, possivelmente transformada durante o processo.

3. OBJETIVOS

Com base no que foi colocado anteriormente, o Projeto de Auto-Avaliação da FAEC terá os seguintes objetivos:

- a) Subsidiar a comunidade acadêmica para o planejamento e a tomada de decisões, no processo de melhoria da qualidade nas diversas dimensões da vida universitária;
- b) Conhecer em profundidade os pontos fortes e fracos da instituição a fim de orientar a correção de rumos e o redimensionamento dos caminhos da FAEC;
- c) Contribuir para a definição de políticas e a construção de uma cultura institucional de valorização da avaliação como pré-requisitos para o planejamento do desenvolvimento da instituição;
- d) Desenvolver um processo criativo de autocrítica permanente entre a comunidade acadêmica para a melhoria da qualidade do saber acadêmico, administrativo e para a cidadania;
- e) Promover a transparência pela publicização do desempenho da instituição em relação a processos e produtos acadêmicos e administrativos;
- f) Possibilitar a redefinição constante dos objetivos institucionais, a fim de sintonizar a FAEC com os desafios, anseios e necessidades do mundo contemporâneo e da sociedade regional;
- g) Produzir um sistema de informações quantitativas e qualitativas para o acompanhamento da trajetória de desenvolvimento da qualidade institucional;
- h) Desencadear um processo pedagógico de aprendizado do saber/fazer acadêmico, pelo confronto entre a auto-avaliação e a avaliação externa da universidade e o relacionamento dialético entre a avaliação e o planejamento institucionais.

4. PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Alguns princípios que orientam a Avaliação Institucional da FAEC são:

- a) **Globalidade:** o objetivo é avaliar a instituição com um todo e não por partes ou níveis fragmentados da mesma. Ainda quando se prioriza ou começa a avaliação por partes da instituição, a sua análise sempre se fará em relação à instituição como um todo único. Historicamente as instituições têm iniciado seus processos de avaliação tomando o ensino nos cursos como a unidade básica de análise. Na FAEC as unidades de análise a serem avaliadas

inicialmente serão o ensino, a pesquisa, a extensão; a gestão administrativa e acadêmica e o ambiente de convívio interno entre a comunidade acadêmica;

- b) Impessoalidade:** a Avaliação Institucional não torna como objeto de análise as pessoas enquanto indivíduos. Isto significa que não há nenhuma intenção de julgamento individual de docentes, técnico-administrativos, alunos e ocupantes de cargos e funções no interior da instituição. Não são as pessoas que serão avaliadas, mas sim as estruturas, as práticas, as relações, os processos, os produtos e os recursos que constituem o saber/fazer da FAEC, em função dos seus objetivos desejados;
- c) Não punição e não premiação:** embora em determinadas circunstâncias a avaliação possa assumir uma conotação de punição ou premiação, este não é o seu objetivo. Ela busca identificar pontos fortes e pontos fracos da instituição, com vistas respectivamente ao seu aprofundamento ou superação, sempre almejando o incremento da qualidade;
- d) Respeito à identidade institucional:** embora a avaliação institucional desenvolvida em cada instituição requeira alguma padronização de instrumentos e indicadores de comparação inter-institucional, o seu desempenho deve sempre ser analisado em função dos seus projetos e características específicas e das possibilidades de incremento da qualidade a partir delas. Por isso a avaliação institucional precisa estar em relação dialética constante com o planejamento institucional e vice-versa;
- e) Credibilidade:** a avaliação institucional somente se converte em instrumento para o planejamento da melhoria da qualidade, se for desenvolvida com competência técnica, correção ética e fidedignidade dos dados e evidências utilizadas. E isto somente se constrói se houver transparência nos procedimentos, critérios e resultados alcançados, conduzindo a participação voluntária. Sem credibilidade, a avaliação permanece como uma formalidade, incapaz de motivar as pessoas para o seu exercício;
- f) Continuidade e regularidade:** a avaliação institucional não se reduz ao simples levantamento de dados, sua análise e a produção de um relatório final. Ela é um processo permanente de conhecimento de si, a fim de alimentar o planejamento para a melhoria da qualidade. Este processo requer continuidade e regularidade, para que possibilite a comparação de dimensões e indicadores em diferentes momentos e da maneira constante no âmbito da universidade;

- g) Participação descentralizada:** Na avaliação institucional não terá legitimidade se não houver um envolvimento direto e coletivo de toda a comunidade acadêmica em seus diferentes momentos. Esta participação coletiva só poderá ocorrer na medida em que o processo for descentralizado, facultando inclusive a tomada de decisões em diferentes níveis de hierarquia institucional, no encaminhamento de medidas decorrentes dos resultados parciais no processo avaliativo;
- h) Disposição para a mudança:** a necessária relação dialética entre avaliação e planejamento institucional requer uma atitude de abertura para a mudança, como condição para a inovação e a qualificação da vida universitária. Isto porque a avaliação não tem um sentido em si. Ela só faz sentido quando entendida com um instrumento permanente para alimentar o planejamento para a melhoria da qualidade. Os seus resultados só alcançarão o potencial ótimo de inovação se, entre a comunidade acadêmica, houver o reconhecimento majoritário da precariedade e provisoriedade das práticas e entendimentos em vigor no interior da universidade.

5. CARACTERÍSTICAS DESEJÁVEIS À AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Em conformidade com a expressão Sobrinho (2003), Sobrinho e Ristoff (2003) faz-se mister que as características desejáveis à concepção avaliativa sejam enumeradas e descritas, ainda que de forma muito resumida.

- a) Democrática:** a avaliação deve proporcionar aos protagonistas conhecer os objetivos, procedimentos e aspectos que serão valorados, para que, assim, possam participar, de modo ativo, na busca de soluções aos problemas e/ou dificuldades identificadas no âmbito institucional.
- b) Contextualizada:** a avaliação deve possibilitar que a instituição educacional conheça a demanda por ensino superior no ambiente social onde está inserida; deve respeitar a identidade, história e cultura institucionais, empregando, para isso, séries históricas de indicadores.
- c) Holística:** a avaliação deve considerar a totalidade dos elementos da realidade educacional, já que tudo se relaciona. Assim, cabe-lhe enfatizar as estruturas administrativas e acadêmicas, os recursos materiais e humanos, as relações humanas, os processos e os produtos educacionais, o clima institucional, etc.

- d) Flexível:** a avaliação não deve ater-se a fases e procedimentos rígidos, pois do processo avaliativo vão emergindo situações, condicionantes e exigências que modificam o planejamento inicial. No entanto, para evitar decisões casuísticas, é necessário justificar as modificações e deixar constância delas.
- e) Estimuladora:** a avaliação deve caracterizar-se como uma atividade estimuladora à participação de toda a comunidade institucional, e não como um processo punitivo ou elitista. A constante busca pelo aprimoramento e pela auto-superação são aspectos que devem ser sempre enfatizados aos partícipes.
- f) Educativa:** a avaliação deve preocupar-se por implementar e respeitar valores morais, que devem ser institucionalizados, tais como, o respeito à liberdade de expressão e participação, o cumprimento das atividades, a discussão democrática acerca dos resultados obtidos, a busca colegiada pelo aprimoramento institucional, etc.
- g) Ética:** deve estar pautada em valores morais e éticos, em conformidade com a práxis acadêmica e científica das comunidades interna e externa à instituição.
- h) Sistemática:** a avaliação é uma atividade que não poderá ter um fim em si mesma (ANDRIOLA, 1999). Assim, deverá ser alvo de um processo contínuo, regular e sistemático de conhecimento e aprimoramento da realidade educacional avaliada e do próprio processo avaliativo – meta avaliação.
- i) Enfatiza processos:** a avaliação é uma atividade cuja preocupação centra-se em compreender os processos organizacionais, administrativos e pedagógicos, que levam a instituição a obter uns determinados resultados ou produtos educacionais. Compreendendo a sistemática de funcionamento desses processos poder-se-á atuar sobre os aspectos mais deficitários no intuito de melhorá-los. Vê-se, portanto, que a ênfase não está no produto, mas nos processos educacionais que proporcionam determinados resultados ou produtos.
- j) Usa procedimentos variados:** considerando a complexidade da realidade institucional, caberá aos responsáveis pelo planejamento e execução do processo avaliativo utilizar múltiplos procedimentos para apreender os aspectos desejados. Assim, é legítimo utilizar questionários, roteiros de entrevistas provas de rendimento; realizar observações sobre a estrutura física,

sobre a atuação docente; organizar seminários e reuniões para debater aspectos organizacionais e políticos da gestão universitária, etc.

k) Usa linguagem compreensível: deverá evitar-se, na medida do possível, a utilização de termos técnicos que possam dificultar a compreensão da comunicação dos resultados por aqueles setores menos familiarizados com a área. Uma avaliação que converte o conhecimento da realidade em um conjunto de símbolos criptografados está ferindo um sagrado direito dos atores envolvidos na atividade: *conhecer e compreender o que está ocorrendo no âmbito institucional*. Caso isso fosse verificado, estaríamos roubando-lhes um conhecimento que também lhes pertence.

6. METAS

- Identificar em cada unidade seus objetivos, suas marcas mais fortes, suas preocupações mais significativas.
- Fazer uma análise do corpo docente quanto às características de sua formação, inserção na carreira, processo de qualificação, distribuição de encargos docentes, de pesquisa e de extensão.
- Estudar o corpo discente: principais características, formas de articulação com colegas de outros cursos e níveis, sua participação na vida institucional, custos, evasão, indicadores de formatura, bolsas, integração com o mercado de trabalho.
- Analisar os cursos do ponto de vista da organização curricular, sua adequação às necessidades de formação profissional, articulação das disciplinas entre si, integração entre os diversos tipos e níveis de ensino, entre o ensino, a pesquisa e a extensão.
- Levantar as condições da infra-estrutura para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Avaliar as atividades interdisciplinares desenvolvidas por núcleos, centros, bibliotecas, laboratórios de informática e programas sociais.

7. METODOLOGIA

Partindo da premissa de que avaliação é um julgamento sobre uma realidade concreta ou sobre uma prática, à luz de critérios estabelecidos prévia e concomitantemente, num processo avaliativo devem ser levados em conta três elementos básicos: a realidade (ou prática) julgada, os padrões de referência (donde nascem os critérios de julgamento) e o juízo. Portanto o processo de avaliar envolve conceitos que vão desde medir, determinar a grandeza, a quantidade, a dimensão, até atribuir valor ao que foi medido, isto é, fazer o julgamento da qualidade demonstrada através da medida. Isso leva à conclusão de que medir e avaliar são duas operações que se complementam, exigindo uma abordagem quantitativa e qualitativa do problema.

Por conseguinte, o presente trabalho, que se caracteriza como um estudo descritivo, deverá fornecer informações para subsidiar as tomadas de decisão com vistas à melhoria da qualidade das atividades que a instituição vem desenvolvendo, pautando-se, pois, por uma abordagem quantitativo-qualitativa da realidade observada (OLIVEIRA, 1997).

Segundo TRIVIÑOS (1987,p.128-130), com base em Bogdan, esse tipo de abordagem:

tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave; é descritiva; os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto; os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente; e o significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa.

8. ESTRATÉGIAS

Para alcançar os objetivos propostos, foram determinadas as seguintes estratégias de trabalho:

- Realização de seminários para a conscientização da comunidade interna e externa em relação ao processo avaliativo.
- Formação de subgrupos responsáveis pela realização de tarefas.

- Construção de instrumentos para a coleta, avaliação e análise dos dados.
- Coleta dos dados.
- Transformação dos resultados em gráficos.
- Interpretação / leitura dos dados.
- Elaboração do plano tático-operacional.
- Plano de correção
- Divulgação dos resultados

9. ETAPAS

De acordo com o parágrafo 1º do artigo 13 da lei 10.861 de 14 de abril de 2004, a auto-avaliação institucional deverá ser finalizada em até dois anos contando a partir de 1º de setembro de 2004. sendo assim, há necessidade de se planejar, antecipadamente, todas as atividades que deverão ser executadas nesse período. O cronograma proposto para o desenvolvimento das atividades de avaliação institucional, é abaixo apresentado.

Etapa 1: Constituição da CPA

A fase de maior fragilidade dos membros da CPA deu-se a partir da sua constituição formal, por ato da Direção Geral da FAEC, que contou com a posterior aprovação do CAS - Conselho de Administração Superior. Nesta fase foram realizadas inúmeras reuniões para troca de idéias e estudo de materiais.

Etapa 2: Preparação da comunidade interna para a auto-avaliação institucional

Está prevista para ser desenvolvida durante todo o 1º semestre de 2005. A preparação da comunidade interna demandará amplos debates acerca do projeto de avaliação institucional nos espaços de representação acadêmica e nos órgãos colegiados da FAEC. Não obstante, há que se deixar claro: devem, os mencionados debates, ser antecidos por esclarecimentos da comunidade acerca do próprio SINAES, sua concepção e suas funções.

Etapa 3: Operacionalização do Projeto de Auto-avaliação Institucional

Caracterizará a posta em marcha ou o deslanchar da atividade de avaliação institucional propriamente dita.

11. FONTES E INSTRUMENTAIS PARA A COLETA DAS INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

As informações, que deverão alimentar a atividade de coleta, serão constituídas pelos atores e/ou setores internos à FAEC, detentores de dados úteis à avaliação das dimensões institucionais previstas no Roteiro de Auto-Avaliação Institucional (2004).

Quanto aos instrumentos, deverão coadunar-se à natureza complexa dos dados e informações institucionais, isto é, respeitarão às especificidades dos fenômenos educacionais e institucionais. Com esse intuito, deverão ser empregados roteiros de entrevistas abertos e semi-abertos, além de questionários abertos, semi-abertos e fechados. Parte desse instrumental deverá estar disponível *on-line*, como é o caso específico dos questionários fechados.

12. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

A atividade de análise dos dados institucionais dar-se-á através do emprego de técnicas e procedimentos adequados à natureza dos mesmos. Sendo assim, informações de caráter qualitativo deverão receber tratamento analítico coerente às suas especificidades, tais como a análise de conteúdo (BARDIN, 1979). Da mesma maneira, dados de caráter quantitativo receberão tratamento estatístico, em conformidade às suas especificidades. De todos os modos, essas informações ou dados institucionais deverão ser representados através de tabelas e/ou gráficos, que contenham as categorias qualitativas ou quantitativas e suas respectivas frequências absolutas e relativas. O resultado deverá estar plasmado no relatório final de avaliação institucional da FAEC, a ser enviado à CONAES.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quem deve avaliar? A avaliação institucional pressupõe e depende de informações confiáveis e fidedignas sobre dimensões consideradas importantes para o desenvolvimento da FAEC. Estas informações devem ser organizadas e tornadas públicas, a fim de que a sociedade e a comunidade acadêmica (interna e de outras IES) possam discutir os seus significados para o desenvolvimento da qualidade institucional. Isto significa que o sentido do desenvolvimento da instituição

em cada dimensão e indicador deverá resultar de um amplo processo de discussão envolvendo os segmentos internos e externos.

Dessa maneira, a avaliação interna lança as bases para o planejamento estratégico institucional, de caráter participativo, considerando-se os resultados obtidos. Trata-se, desse modo, de verdadeira revolução, que aponto para uma salutar mudança na cultura interna da FAEC, sobretudo quanto às visões de avaliação, planejamento e gestão.

14. BIBLIOGRAFIA

OLIVEIRA, Silvio Luiz. *Tratado de Metodologia Científica*. São Paulo: Pioneira, 1997.

RISTOFF, D. I. *Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior*. Florianópolis: Insular, 1999.

RISTOFF, D. I. Avaliação institucional. Afirmando valores. *Revista Educação e Ensino*, 2, (5), pp. 13-21, 2000.

SILVA JUNIOR, J.R., CATANI, A.M. & GILIOLI, R.S.P. Avaliação da educação superior no Brasil: uma década de mudanças. *Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior*, 4 (8), pp. 9-29, 2003.

SOBRINHO, J.D. & RISTOFF, D. (Org.). *Avaliação e compromisso público. A Educação Superior em debate*. Florianópolis: Editora Insular, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em execução*. São Paulo: Atlas, 1987.